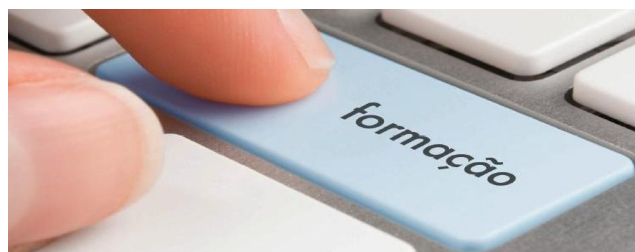
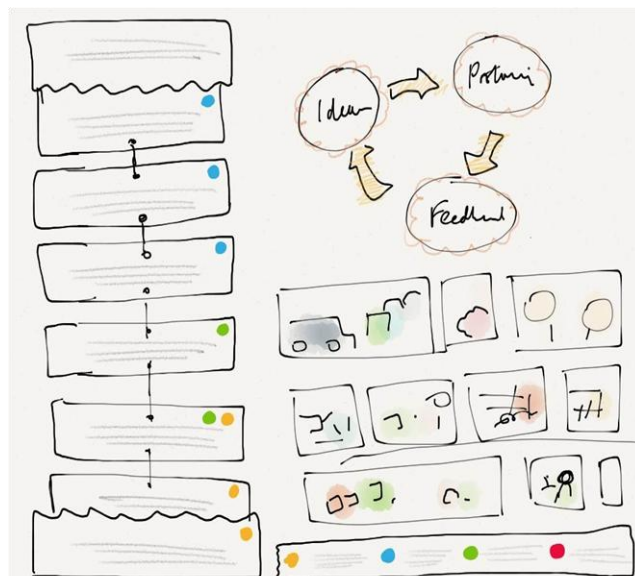


Plano de formação



Agrupamento de Escolas de Grândola

Grândola, dezembro de 2015

Índice

Introdução	3
Conceção e metodologia do plano de formação	6
Objetivos.....	6
Operacionalização	7
Análise e diagnóstico.....	8
Áreas prioritárias de formação	10
Pessoal docente.....	10
Pessoal não docente	11
Modalidades de formação.....	12
Critérios de seleção dos formandos	13
Pessoal docente.....	13
Pessoal não docente	13
Monitorização e avaliação.....	14
Plano formativo	15
Cronograma: Pessoal docente.....	15
Cronograma: Pessoal não docente	16
Pessoal docente.....	17
Pessoal não docente	25
Referências bibliográficas.....	27
Anexo I - Bolsa de formadores do agrupamento	29

Introdução

Num mundo onde o conhecimento científico está em constante mudança, a aprendizagem ao longo da vida permite aos docentes assumirem-se como peritos no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Day (2001, p. 20), “*o desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planificadas, realizadas para benefício, direto ou indireto, do indivíduo, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação no ambiente de sala de aula*”. No caso dos professores, os termos reciclagem, formação contínua, aperfeiçoamento, formação em serviço, instrução de professores em exercício e educação permanente (Day, 2001; Formosinho, 1991; Morais & Medeiros, 2007; Silva, 2002) são usados como equivalentes de desenvolvimento profissional.

Desta forma, o desenvolvimento profissional, ao longo da carreira docente, apresenta-se como um aspeto marcante (Ponte, 1998), uma vez que melhora o conhecimento, competências ou atitudes dos professores (Sparks & Loucks-Horsley, 1990), perante o processo de ensino e aprendizagem. Estes melhoramentos caracterizam-se por conhecimentos na sua área de formação (conhecimentos acerca de um tema ou área), conhecimento de conteúdo e conhecimento didático (saber como transmitir o conhecimento) e por conhecimentos de pedagogia (saber ensinar) (Shulman, 1986).

Assim, o desenvolvimento profissional, formal ou não formal, deliberado ou não deliberado, constitui-se como a mais importante, decisiva e estratégica etapa de uma organização, uma vez que potencia a indução de modos ecológicos de mudar e melhorar, ao mesmo tempo, o desempenho profissional dos professores, o desenvolvimento organizacional da escola e o estabelecimento de sinergias positivas entre a escola e o contexto onde esta se insere (Canário, 2007).

Por outro lado, a formação contínua de professores, tal como a entendemos hoje, resulta do expresso no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, de 1990 (Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril) que a consagra como um direito (artigo 6.º) e dever profissional (artigo 10.º).

Com o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, pretende-se reforçar, também, a ideia de que a organização e gestão do ensino e o sucesso educativo constituem o núcleo da atividade docente. Estabelece-se um novo paradigma para o sistema de formação contínua, orientado para a melhoria da qualidade de desempenho dos profes-

res, com vista a centrar o sistema de formação nas prioridades identificadas nas escolas e no desenvolvimento profissional dos docentes, de modo a que a formação contínua possibilite a promoção da qualidade do ensino e se articule com os objetivos de política educativa local e nacional. Nesta perspetiva, a análise das necessidades de formação, visando a identificação das prioridades de curto prazo, constitui-se como eixo da conceção dos planos anuais ou plurianuais de formação, e tem por base os resultados da avaliação das escolas e as necessidades de desenvolvimento profissional dos seus docentes.

As entidades formadoras¹ e as escolas são assim dotadas de autonomia acrescida, quer no domínio pedagógico, quer no da organização da formação considerada prioritária para a melhoria dos resultados no âmbito da concretização dos seus projetos educativos. Sem prejuízo de outras alternativas, adotam-se como modalidades de formação os cursos, as oficinas, os círculos de estudos e passam a reconhecer-se modalidades de formação de curta duração. A formação com recurso a metodologias de ensino a distância e ao estabelecimento de redes através de plataformas eletrónicas são considerados eixos a privilegiar nas diferentes modalidades de formação.

Considerando a crescente qualificação dos profissionais da educação, e sem prejuízo de recurso a formadores externos, privilegia-se, com o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, a criação, em cada CFAE, de uma bolsa de formadores internos responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento dos planos anuais e/ou plurianuais de formação. A acreditação e creditação da formação são da responsabilidade do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e processam-se de acordo com regulamentação própria. Já o reconhecimento e a certificação da formação de curta duração competem às entidades formadoras de acordo com critérios expressos nos respetivos regulamentos internos.

Desta forma, a formação contínua tem como objetivos promover: (a) a satisfação das prioridades formativas dos docentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em vista a concretização dos seus projetos educativos e curriculares e a melhoria da sua qualidade e da eficácia; (b) a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem escolar dos alunos; (c) o desenvolvimento profissional dos docentes, na perspetiva do seu desempenho, do contínuo aperfeiçoamento e do seu contributo para a melhoria dos resultados escolares; (d) a difusão de conhecimentos e capa-

¹ Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), instituições de ensino superior, centros de formação de associações profissionais ou científicas sem fins lucrativos, serviços centrais do Ministério da Educação, outras entidades públicas, particulares ou cooperativas sem fins lucrativos, acreditadas para o efeito.

idades orientadas para o reforço dos projetos educativos e curriculares como forma de consolidar a organização e autonomia dos agrupamentos de escolas ou das escolas não agrupadas; e (e) a partilha de conhecimentos e capacidades orientada para o desenvolvimento profissional dos docentes.

No que respeita à formação do pessoal não docente, esta tem como objetivos²: (a) a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar; (b) a aquisição de capacidades e competências que favoreçam a construção da autonomia das escolas e dos agrupamentos de escolas e dos respetivos projetos educativos; e (c) a promoção na carreira, tendo em vista a sua realização profissional e pessoal.

Nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas o departamento de formação é a estrutura responsável pela conceção, desenvolvimento, gestão e avaliação do plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente³.

² Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, articulado com o n.º 3 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 164/2004, de 29 de julho.

³ Conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Conceção e metodologia do plano de formação

Objetivos

O plano de formação do agrupamento, orienta-se em torno dos seguintes objetivos:

- i. Enquadrar-se no projeto educativo do agrupamento e estar diretamente relacionado com as metas, prioridades e objetivos aí definidos;
- ii. Estar contextualizado com o trabalho quotidiano do professor, prevendo uma componente prática de trabalho na escola e, sempre que possível, no ambiente de sala de aula, numa lógica de formação ao longo do ano letivo;
- iii. Integrar, se possível, modalidades de formação a distância e mistas, com uma componente presencial e outra a distância;
- iv. Prever o apoio e acompanhamento em plataformas de ensino e aprendizagem online;
- v. Incluir momentos de autoformação, proporcionando formação interpares, supervisão pedagógica e criando ambientes de aprendizagem colaborativa;
- vi. Prever a avaliação do processo e do impacto da formação na melhoria da qualidade do sucesso e na redução do abandono escolar, de acordo com as metas do projeto educativo.

Operacionalização

1	Análise dos documentos estruturantes do agrupamento (e.g. projeto educativo e respetivo relatório de monitorização, relatório da avaliação interna, plano anual de atividades, taxas de abandono e sucesso escolar). Recolha de dados.
2	Identificação das áreas prioritárias de formação. Elaboração das linhas orientadoras do plano de formação e da primeira proposta de plano formativo.
3	Apreciação, pelo conselho pedagógico, das linhas orientadoras do plano de formação.
4	Identificação, pelos departamentos curriculares, de necessidades de formação. Apresentação de propostas de formação, pelos docentes pertencentes à bolsa de formadores do agrupamento (cf. Anexo I), ou por outros professores. Audição do município (pessoal não docente).
5	Elaboração final da proposta de plano formativo. Finalização do plano de formação.
6	Apreciação final, pelo conselho pedagógico, do plano de formação.
7	Implementação e gestão do plano de formação.

Análise e diagnóstico

Decorrente do regulamento interno do agrupamento (artigo 72.º), cabe ao departamento de formação: (a) efetuar o levantamento das necessidades de formação do pessoal docente e não docente do agrupamento, após audição do município, no caso do pessoal não docente; (b) articular as necessidades de formação diagnosticadas com os objetivos, as metas e as estratégias previstas no projeto educativo; (c) identificar as áreas de formação a desenvolver, as modalidades mais adequadas e o público-alvo; (d) elaborar o plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente, para aprovação pelo diretor; e (e) gerir, monitorizar e avaliar o plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente.

Por outro lado, como estrutura de articulação e gestão curricular, compete ao departamento curricular identificar necessidades de formação dos docentes e adotar estratégias para a sua superação⁴.

No que respeita à formação do pessoal não docente, deverá ser considerada a valorização do seu trabalho no contexto das várias escolas em que se inserem, devendo dar também resposta às necessidades da organização escolar que é o agrupamento. Uma vez que a entidade responsável pelo pessoal não docente é a Câmara Municipal de Grândola, as estratégias de formação deverão passar por uma articulação com o município.

Foram analisados os projetos educativos e respetivos relatórios de monitorização, os relatórios da avaliação interna, os planos anuais de atividades, os planos de formação e as taxas de abandono e sucesso escolar, referentes ao Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola, à Escola Secundária António Inácio da Cruz e ao Agrupamento de Escolas de Grândola, compreendidos entre 2011 e 2015, bem como o relatório final “A construção da disciplina no agrupamento”, de julho de 2015.

⁴ Alínea g) do artigo 39.º do regulamento interno do agrupamento.

Desta forma, as necessidades de formação identificadas decorrem das prioridades e objetivos estratégicos do projeto educativo do agrupamento que, como documento de carácter pedagógico, estabelece a identidade do agrupamento e apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos; e como instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência da ação educativa (Costa, 2004) do agrupamento, em articulação com os restantes documentos analisados.

Áreas prioritárias de formação

Pessoal docente

	Área prioritária	Enquadramento no projeto educativo
1	Melhoria da qualidade das aprendizagens.	Obj1.2. Adequar as atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos.
		Obj1.3. Adequar as respostas educativas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais.
		Obj1.4. Melhorar os resultados escolares dos alunos, nomeadamente em Português, Inglês e Matemática.
		Obj1.6. Reduzir as taxas de repetência e de abandono escolar nos diversos anos de escolaridade.
		Obj5.2. Estimular a supervisão e o trabalho colaborativo dos docentes, tendo em vista a melhoria das práticas educativas.
2	Utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem.	Obj1.2. Adequar as atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos.
		Obj1.4. Melhorar os resultados escolares dos alunos, nomeadamente em Português, Inglês e Matemática.
		Obj1.6. Reduzir as taxas de repetência e de abandono escolar nos diversos anos de escolaridade.
		Obj2.2. Promover o trabalho colaborativo das equipas de docentes tendo em vista a gestão articulada do currículo.
3	Desenvolvimento de uma cultura organizacional.	Obj2.1. Melhorar a articulação entre os diferentes ciclos de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário.
		Obj2.2. Promover o trabalho colaborativo das equipas de docentes tendo em vista a gestão articulada do currículo.
		Obj5.1. Implementar formas de articulação inter e intra órgãos de gestão e estruturas intermédias.
		Obj5.2. Estimular a supervisão e o trabalho colaborativo dos docentes, tendo em vista a melhoria das práticas educativas.
4	Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar.	Obj1.1. Promover a criação de um ambiente seguro, tranquilo e disciplinado.
		Obj1.6. Reduzir as taxas de repetência e de abandono escolar nos diversos anos de escolaridade.
		Obj3.1. Promover a participação de jovens e adultos em atividades de formação, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.
		Obj4.3. Promover o acesso a atividades que estimulem o gosto pela vivência cultural, artística e científica.
		Obj6.1. Envolver ativamente os pais, as suas estruturas representativas e a comunidade educativa na vida do agrupamento.
5	Promoção da relação do agrupamento com a comunidade local.	Obj4.1. Promover uma progressiva autorresponsabilização nas áreas da educação para a saúde e da sexualidade.
		Obj6.1. Envolver ativamente os pais, as suas estruturas representativas e a comunidade educativa na vida do agrupamento.
		Obj6.3. Divulgar de forma eficaz o serviço educativo prestado pelo agrupamento.

Pessoal não docente

Necessidades		Enquadramento no projeto educativo
1	Prevenção, primeiros socorros e outras situações de emergência.	Obj1.1. Promover a criação de um ambiente seguro, tranquilo e disciplinado.
		Obj5.3. Potenciar a qualidade dos serviços educativos através da formação e do desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente.
		Obj6.2. Reforçar a cooperação e o desenvolvimento de parcerias com instituições da comunidade.
2	Prevenção e intervenção em problemas e comportamentos disruptivos.	Obj1.1. Promover a criação de um ambiente seguro, tranquilo e disciplinado.
		Obj4.3. Promover o acesso a atividades que estimulem o gosto pela vivência cultural, artística e científica.
3	Atendimento e relações interpessoais.	Obj6.1. Envolver ativamente os pais, as suas estruturas representativas e a comunidade educativa na vida do agrupamento.
		Obj6.3. Divulgar de forma eficaz o serviço educativo prestado pelo agrupamento.
		Obj5.6. Melhorar os processos de comunicação interna e externa.
4	Higiene, prevenção, segurança e educação alimentar (HACCP ⁵).	Obj1.1. Promover a criação de um ambiente seguro, tranquilo e disciplinado.
		Obj5.3. Potenciar a qualidade dos serviços educativos através da formação e do desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente.
5	Utilização das TIC nos processos de gestão administrativa.	Obj5.3. Potenciar a qualidade dos serviços educativos através da formação e do desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente.
		Obj5.4. Promover uma gestão eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros.
		Obj5.6. Melhorar os processos de comunicação interna e externa.

⁵ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) tem na sua base uma metodologia preventiva, com o objetivo de poder evitar potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, através da eliminação ou redução de perigos, de forma a garantir que não estejam colocados, à disposição do consumidor, alimentos não seguros.

Modalidades de formação

Por um lado, o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro define como modalidades de ações de formação: (a) cursos de formação, (b) oficinas de formação, (c) círculos de estudos e (d) ações de curta duração. As três primeiras têm uma duração mínima de 12 horas e são acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC). As ações de curta duração têm uma duração mínima de três horas e máxima de seis horas, podendo as entidades formadoras⁶, como os CFAE, através do seu conselho de diretores da comissão pedagógica, reconhecer e certificar esta modalidade de formação.

Por outro lado, a falta de tempo apresenta-se como uma barreira no quotidiano de uma escola. Pedro (2009) refere que podemos distinguir três tipos de tempo: o tempo físico, o tempo psicológico e o tempo coletivo. Enquanto o primeiro pode ser medido por instrumentos precisos e rigorosos, contabilizado e gasto, servindo como coordenada coletiva de orientação; o segundo, caracterizado por uma inconstância situacional do indivíduo, encontra-se ligado de uma forma inerente ao individual, podendo ser promovido, investido e/ou produzido. Já o tempo coletivo caracteriza-se pelo tempo que dado grupo de indivíduos ou organização, como a escola, possui para cumprir com qualidade e exatidão os objetivos e exigências sociopedagógicas que se lhe apresentam, e que vai além da soma conjunta do tempo individual de cada um.

Desta forma e tendo em atenção o contexto em que se insere o agrupamento, o perfil dos seus alunos, bem como as várias solicitações a que o pessoal docente e não docente do agrupamento responde, no seu semanário horário, a formação deverá privilegiar as oficinas de formação e ações de curta duração, com um cariz eminentemente prático que promovam o desenvolvimento de projetos exequíveis no contexto do agrupamento, de forma a que seja possível dar resposta aos princípios educativos e valores a privilegiar, enumerados no projeto educativo do agrupamento, de forma a “*organizar em coletivo aquilo que escasseia individualmente [o tempo], numa gestão mais eficiente dos recursos*” (Pedro, 2009, p. 4).

⁶ Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), instituições de ensino superior, centros de formação de associações profissionais ou científicas sem fins lucrativos, serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência, outras entidades públicas, particulares ou cooperativas sem fins lucrativos, acreditadas para o efeito.

Critérios de seleção dos formandos

Pessoal docente

1. Educadores de infância ou docentes dos ensinos básico e secundário, em exercício efetivo de funções no agrupamento, que se enquadrem no público-alvo da ação, nos seus critérios específicos ou, caso existam, em pré-requisitos enunciados.
2. Educadores de infância ou docentes dos ensinos básico e secundário, em exercício efetivo de funções no agrupamento, com necessidade de formação específica, para o exercício de cargos ou funções docentes no agrupamento, tendo por base proposta do diretor do agrupamento.
3. Ordem de entrada de inscrição, na formação, de educadores de infância ou docentes dos ensinos básico e secundário, em exercício efetivo de funções no agrupamento.
4. Educadores de infância ou docentes dos ensinos básico e secundário, de outros agrupamentos, que se enquadrem no público-alvo da ação, nos seus critérios específicos ou, caso existam, em pré-requisitos enunciados, através de ordenação, por ordem de entrada, de inscrição na formação.

Pessoal não docente

1. Assistente operacional ou assistente técnico, a exercer funções no agrupamento, que se enquadre no público-alvo da ação, nos seus critérios específicos ou, caso existam, em pré-requisitos enunciados.
2. Assistente operacional ou assistente técnico, a exercer funções no agrupamento, com necessidade de formação específica, para o exercício de tarefas ou cargos desempenhados no agrupamento, tendo por base proposta do diretor do agrupamento.
3. Ordem de entrada de inscrição, na formação, do assistente operacional ou assistente técnico, a exercer funções no agrupamento.
4. Assistente operacional ou assistente técnico, de outros agrupamentos, que se enquadre no público-alvo da ação, nos seus critérios específicos ou, caso existam, em pré-requisitos enunciados, através de ordenação, por ordem de entrada, da inscrição na formação.

Monitorização e avaliação

De forma a desenvolver e melhorar continuamente o processo de desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente do agrupamento, o acompanhamento e avaliação do plano de formação constituem instrumentos estratégicos essenciais, sem o qual não é possível regular o processo ou medir os resultados alcançados.

O departamento de formação é a estrutura responsável pela monitorização e avaliação do plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente do agrupamento⁷.

Desta forma, a meio de cada ano letivo de vigência do plano de formação, será efetuada a análise da evolução do número de inscrições existentes e ajustada a calendarização das restantes ações até aí previstas (se necessário), cancelando ou adicionando novas propostas de formação.

O plano de formação será avaliado no final do seu período de vigência, através da elaboração de um relatório, pelo departamento de formação, a apresentar ao diretor do agrupamento. Este relatório terá como base a elaboração de um inquérito ao pessoal docente e não docente do agrupamento, a análise dos relatórios da avaliação das ofertas formativas, bem como a aferição da taxa de execução do plano de formação (percentagem de ações realizadas face ao número de ações planeadas). Assim, deverá ser evidenciando o grau de concretização e o impacto da formação na melhoria das práticas educativas, bem como nos objetivos, metas e estratégias previstas no projeto educativo.

A sua elaboração organizar-se-á em torno dos seguintes objetivos:

- i. Determinar a eficiência e a eficácia das componentes da intervenção formativa;
- ii. Aferir impactos ao nível de desempenhos individuais e organizacionais;
- iii. Determinar a continuidade, a redução, o desenvolvimento ou a eliminação de determinadas práticas de formação;
- iv. Reconhecer necessidades de formação do pessoal docente e não docente, na perspetiva do próprio;
- v. Aferir o nível de satisfação das expetativas.

⁷ Artigo 71.º e 72.º do regulamento interno do agrupamento.

Plano formativo

Cronograma: Pessoal docente

Formação/Mês	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
[OF-PD-1] A dança, o ritmo e a canção.					●	●					
[OF-PD-2] A Matemática e a dança.			●	●							
[OF-PD-3] Microsoft Excel – a folha de cálculo – uma ferramenta...											
[OF-PD-4] A educação da criança com défice cognitivo.											
[OF-PD-5] Avaliação do Desempenho Docente.							●	●	●		
[OF-PD-6] Dislexia: Teoria, diagnóstico e intervenção...	●	●									
[OF-PD-7] <i>WhySchool</i> .								●			
[OF-PD-8] Igualdade de género.											
[OF-PD-9] 6.ª edição da Formação PORDATA/RBE.											
[OF-PD-10] Gestão de conflitos em contexto educativo.											
[OF-PD-11] Office 365.											
[OF-PD-12] Crianças Sobredotadas/Crianças Inadaptadas											
[OF-PD-13] A Importância das Histórias Infantis no Desenvol...											
[OF-PD-14] Problemas de Comportamento e Dificuldades de...											
[OF-PD-15] Vida de Professor: Fatores de risco a nível da...											
[OF-PD-16] Filosofia na Educação de Infância.											

Cronograma: Pessoal não docente

Formação/Mês	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
[OF-PnD-1] Igualdade de género											
[OF-PnD-2] Segurança alimentar				●							
[OF-PnD-3] Primeiros socorros a crianças entre os 3 e os...							●				

Pessoal docente

OF-PD-1 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens. Área prioritária n.º 4 – Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar. Área prioritária n.º 5 – Promoção da relação do agrupamento com a comunidade local.	
NOME	A dança, o ritmo e a canção.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e professores do 1.º Ciclo.
CONTEÚDOS	A dança na Educação Musical. A canção.
LOCAL	EB1 de Grândola.
DURAÇÃO	25 horas (1 U. C.).
CALENDARIZAÇÃO	17 de janeiro a 21 de fevereiro.
FORMADOR	José Miguel Piteira Fernandes.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-2 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens. Área prioritária n.º 4 – Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar. Área prioritária n.º 5 – Promoção da relação do agrupamento com a comunidade local.	
NOME	A Matemática e a dança.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e professores do 1.º Ciclo.
CONTEÚDOS	A dança na Educação Musical. Exploração criativa de modelos no espaço e no tempo.
LOCAL	Escola Secundária António Inácio da Cruz.
DURAÇÃO	25 horas (1 U. C.).
CALENDARIZAÇÃO	2 de novembro a 19 de dezembro.
FORMADOR	Mercedes Prieto.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-3 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
Área prioritária n.º 2 – Utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem.	
NOME	Microsoft Excel – a folha de cálculo – uma ferramenta bastante útil para a atividade profissional dos docentes.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.
CONTEÚDOS	O que é uma folha de cálculo – Ambiente de trabalho. Fórmulas, gráficos e formatações.
LOCAL	Grândola
DURAÇÃO	25 horas (1 U. C.).
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	António Manuel Pereira
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul
CUSTOS	N. A.

OF-PD-4 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
NOME	A educação da criança com défice cognitivo.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância, professores de educação especial e professores do 1º ciclo do ensino básico.
CONTEÚDOS	Definição de conceitos de Individualização, Diferenciação Curricular e Inclusão. Definição de conceito de currículo funcional e de currículo desenvolvimentalista.
LOCAL	
DURAÇÃO	25 horas (1 U. C.).
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	Ana Simões.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-5 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
Área prioritária n.º 3 – Desenvolvimento de uma cultura organizacional.	
NOME	Avaliação do Desempenho Docente.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância, professores de educação especial e professores do 1.º ciclo do ensino básico.
CONTEÚDOS	
LOCAL	Agrupamento de Escolas de Grândola.
DURAÇÃO	25 horas (1 U. C.).
CALENDARIZAÇÃO	5 de março de 2015 a 21 de maio de 2015.
FORMADOR	Mário Agostinho Alves Pereira.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação da Associação de Escolas do Litoral Alentejano.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-6 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
NOME	Díxlexia: Teoria, diagnóstico e intervenção - método fonomímico.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância, professores de educação especial e professores do 1.º ciclo do ensino básico.
CONTEÚDOS	
LOCAL	Grândola.
DURAÇÃO	15 h.
CALENDARIZAÇÃO	27 de setembro a 4 de outubro.
FORMADOR	Paula Teles.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação da Associação de Escolas do Litoral Alentejano.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-7 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
NOME	<i>WhySchool.</i>
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário.
CONTEÚDOS	Aumentar a literacia em saúde mental nas escolas através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, contribuindo para a implementação precoce de estratégias de prevenção e promoção da saúde mental, e para a referenciação para os serviços de saúde. Desenvolver ações que permitam a redução do estigma e discriminação das doenças mentais em ambiente escolar. Adaptar materiais, nacionais e internacionais, de formação na área da saúde mental das crianças e adolescentes e adequá-los ao contexto e necessidades nacionais. Desenvolver e partilhar experiências de boas práticas e conhecimento ao nível local e regional. Implementar uma campanha nacional digital sobre <i>cyberbullying</i> para a população em geral.
LOCAL	Agrupamento de Escolas de Grândola.
DURAÇÃO	12 horas (0,6 + 0,6 UC).
CALENDARIZAÇÃO	6 e 13 de abril.
FORMADOR	Micaela Pereira e Luísa Chainho.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação da Associação de Escolas do Litoral Alentejano.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-8 (creditada)	
Área prioritária n.º 4 – Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar.	
NOME	Igualdade de género (identificação provisória).
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário.
CONTEÚDOS	Enquadramento conceptual sobre a igualdade género: Igualdade, diversidade e cidadania. Sexo e género. Linguagem como paradigma das (des)igualdades. Coeducar para uma cidadania democrática. A igualdade de género. Roteiros temáticos de género: Abordagem social e jurídica. Metodologias e sugestões de operacionalização. Integração da igualdade de género no quotidiano educativo.
LOCAL	
DURAÇÃO	25 horas.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral.
CUSTOS	N. A. (aprovada pela entidade formadora, a aguardar processo de candidatura).

OF-PD-9 (não creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
Área prioritária n.º 2 – Utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem.	
DESIGNAÇÃO	6.ª edição da formação PORDATA/RBE.
DESTINATÁRIOS	Professores do ensino secundário.
CONTEÚDOS	Ensinar os participantes a explorar os dados disponibilizados pela POR-DATA. Contribuir para desenvolver as literacias digital, estatística e de informação.
LOCAL	
DURAÇÃO	120 minutos.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	Instituto Nacional de Estatística e Rede de Bibliotecas Escolares.
CUSTOS	N.A.

OF-PD-10 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
Área prioritária n.º 4 – Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar.	
Área prioritária n.º 5 – Promoção da relação do agrupamento com a comunidade local.	
DESIGNAÇÃO	Gestão de conflitos em contexto educativo.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário.
CONTEÚDOS	
LOCAL	
DURAÇÃO	25 horas.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral.
CUSTOS	Ação a propor, para processo de candidatura, à entidade formadora.

OF-PD-11	
<p>Área prioritária n.º 1 – Melhoria da qualidade das aprendizagens. Área prioritária n.º 2 – Utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem. Área prioritária n.º 3 – Desenvolvimento de uma cultura organizacional. Área prioritária n.º 5 – Promoção da relação do agrupamento com a comunidade local.</p>	
DESIGNAÇÃO	Office 365.
DESTINATÁRIOS	Educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário.
CONTEÚDOS	
LOCAL	
DURAÇÃO	10 horas.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	N. A.
CUSTOS	N. A.

OF-PD-12 (creditada)	
<p>Área prioritária n.º 1 - Melhoria da qualidade das aprendizagens.</p>	
DESIGNAÇÃO	Crianças Sobredotadas/Crianças Inadaptadas.
DESTINATÁRIOS	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Ensino Especial
CONTEÚDOS	Mitos e Contradições, abordagem do percurso neuro psicológico da criança/jovem, diagnosticar e intervir.
LOCAL	Grândola
DURAÇÃO	15 horas (0,6 UC).
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	Dr.ª Margarida Quina
ENTIDADE FORMADORA	
CUSTOS	

OF-PD-13 (não creditada)	
Área prioritária n.º 1 - Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
DESIGNAÇÃO	A Importância das Histórias Infantis no Desenvolvimento Psicopedagógico da Criança
DESTINATÁRIOS	Educadores de Infância, Animadores Bibliotecários...
CONTEÚDOS	Desenvolvimento Psico Afetivo, Criatividade, Medos e Linguagem Simbólica.
LOCAL	Grândola e/ou Melides.
DURAÇÃO	4 horas – 1 sessão.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	Dr.ª Margarida Quina.
ENTIDADE FORMADORA	
CUSTOS	

OF-PD-14 (creditada)	
Área prioritária n.º 1 - Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
Área prioritária n.º 4 - Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar.	
DESIGNAÇÃO	Problemas de Comportamento e Dificuldades de Aprendizagem Escolar
DESTINATÁRIOS	Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico.
CONTEÚDOS	Disfunções Psico-Sociais e Emocionais nas Crianças. Fatores que contribuem para o Absentismo Escolar e Abandono Escolar. Desenvolvimento psicomotor durante o primeiro ano de vida e fatores condicionantes. Sinais de Alerta no Pré-Escolar e Escolar. Medos que sempre existiram e conselhos aos pais, educadores e professores. Dificuldades de Aprendizagem. Diagnóstico, Intervenção, Avaliação e Conselhos aos Pais, Educadores e Professores. Dislexia. Disortografia. Discalculia. Dislexia nos jovens adultos. Parte prática: Apresentação e discussão de casos clínicos.
LOCAL	Grândola.
DURAÇÃO	15 horas (0,6 UC)
CALENDARIZAÇÃO	Ano letivo 2016/2017.
FORMADOR	Dr.ª Margarida Quina
ENTIDADE FORMADORA	
CUSTOS	

OF-PD-15 (creditada)	
Área prioritária n.º 4 - Promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar.	
DESIGNAÇÃO	Vida de Professor: Fatores de risco a nível da saúde mental e física.
DESTINATÁRIOS	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
CONTEÚDOS	Os Educadores de Infância e os Professores dos Ensinos Básico e Secundário trabalham frequentemente em situações que podem por em causa a sua saúde psíquica e física e não é raro que manifestem queixas a nível vocal e emocional, entre outras: identificação dos riscos e soluções.
LOCAL	Grândola.
DURAÇÃO	12 horas.
CALENDARIZAÇÃO	2016/2017
FORMADOR	Dr.ª Margarida Quina
ENTIDADE FORMADORA	
CUSTOS	

OF-PD-16 (não creditada)	
Área prioritária n.º 1 - Melhoria da qualidade das aprendizagens.	
NOME DA FORMAÇÃO	Filosofia na Educação de Infância.
DESTINATÁRIOS	Educadores de Infância
CONTEÚDOS	
LOCAL	Grândola
DURAÇÃO	
CALENDARIZAÇÃO	2016/2017
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	APEI – Associação Profissionais de Educação de Infância
CUSTOS	

Pessoal não docente

OF-PnD-1	
Área prioritária n.º 2 – Prevenção e intervenção em problemas e comportamentos disruptivos.	
NOME	Igualdade de género (identificação provisória).
DESTINATÁRIOS	Assistentes técnicos e assistentes operacionais.
CONTEÚDOS	
LOCAL	
DURAÇÃO	25 horas.
CALENDARIZAÇÃO	
FORMADOR	
ENTIDADE FORMADORA	
CUSTOS	N. A.

OF-PnD-2	
Área prioritária n.º 4 – Higiene, prevenção, segurança e educação alimentar (HACCP ⁸).	
NOME	Segurança alimentar.
DESTINATÁRIOS	Assistentes operacionais.
CONTEÚDOS	Alimentação saudável. Importância dos métodos de produção alimentar. Segurança alimentar: transporte, receção, acondicionamento, armazenagem, preparação, confeção e distribuição. Controlo de pragas e vetores. Higiene dos manipuladores, instalações e equipamentos.
LOCAL	Escola Básica D. Jorge de Lencastre.
DURAÇÃO	4 horas.
CALENDARIZAÇÃO	28 de dezembro.
FORMADOR	Diogo Sousa Gomes.
ENTIDADE FORMADORA	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano - Unidade de Saúde Pública.
CUSTOS	N. A.

⁸ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) tem na sua base uma metodologia preventiva, com o objetivo de poder evitar potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, através da eliminação ou redução de perigos, de forma a garantir que não estejam colocados, à disposição do consumidor, alimentos não seguros.

OF-PnD-3	
Área prioritária n.º 4 – Prevenção, primeiros socorros e outras situações de emergência.	
NOME	Primeiros socorros a crianças entre os 3 e os 10 anos de idade e crianças e jovens com mais de 10 anos de idade.
DESTINATÁRIOS	Assistentes operacionais.
CONTEÚDOS	Suporte básico de vida. Primeiros socorros. Cuidados a ter com crianças entre os 3 e os 10 anos de idade e crianças e jovens com mais de 10 anos de idade.
LOCAL	Escola Básica D. Jorge de Lencastre.
DURAÇÃO	3 horas.
CALENDARIZAÇÃO	28 e 31 de março.
FORMADOR	Dora Cruz.
ENTIDADE FORMADORA	Centro de Saúde de Grândola.
CUSTOS	N. A.

Referências bibliográficas

- Agrupamento de Escolas de Grândola (março de 2014). *Regulamento interno*. Grândola: Agrupamento de Escolas de Grândola.
- Agrupamento de Escolas de Grândola (3 de setembro de 2015). *Projeto educativo*. Grândola: Agrupamento de Escolas de Grândola.
- Canário, R. (2007). *Formação e desenvolvimento profissional dos professores*. Em Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida. Lisboa.
- Costa, J. (2004). Construção de projetos educativos nas escolas: Traços de um percurso debilmente articulado. *Revista Portuguesa de Educação*, 17 (2), 85-114.
- Day, C. (2001). *Desenvolvimento Profissional de Professores – Os desafios da aprendizagem permanente*. Porto: Porto Editora.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (Ed.). (s. d.). *Plano de Formação 2013/2014*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).
- Formosinho, J. (1991). *Formação contínua de professores: Realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Ministério da Educação: Decreto-Lei n.º 139-A/90, Diário da República - I Série (90), (28 de abril).
- Ministério da Educação e Ciência: Decreto-Lei n.º 22/2014, Diário da República - I Série (29), (11 de fevereiro).
- Morais, F. & Medeiros, T. (2007). *Desenvolvimento profissional do professor: A chave do problema?* Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Pedro, N. (2009). Integração educativa das tecnologias: Eliminando o fator "tempo". *Correio da Educação*, 338.
- Ponte, J. (1998). *Didáticas específicas e construção do conhecimento profissional*. Conferência plenária realizada no IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Shulman, L. (1986). Those who understand: Knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, 15 (2), 4-14.

- Silva, A. (2002). Formação contínua de professores, construção de identidade e desenvolvimento profissional. Em A. F. B. Moreira & E. F. Macedo (Eds.), *Currículo, práticas pedagógicas e identidades* (pp. 119-137). Porto: Porto Editora.
- Sparks, D. & Loucks-Horsley, S. (1990). Models of Staff Development. Em W. Houston (Ed.), *Handbook of Research on Teacher Education* (pp. 234-251). Nova Iorque: McMillan.

Anexo I
Bolsa de formadores do agrupamento

Nome	Grupo de recrutamento	Certificado CCPFC (Sim/Não)	DESE/CESE	Mestrado	Doutoramento	Área ou domínio de especialização
Maria José Silvestre Lousa	100	Não	CESE em administração escolar. CESE em Ensino Especial.			
Ana Clara de Oliveira Gonçalves Trindade	110	Não		Mestrado em Ciências da Educação.		Administração Escolar.
Lúcia Maria Coelho Abreu Duarte Ferreira	110	Não	CESE em Matemática.			Matemática.
Maria de Jesus Zacarias Duarte Marques	110	Não		Pós graduação em Educação Especial.		Domínio Cognitivo e motor. Domínio da Intervenção precoce.
Maria do Céu de Sousa Campos Pinto	110	Não	CESE em Orientação Pedagógica.	Mestrado em Estudos Portugueses variante Culturas Regionais.		Orientação e Supervisão Pedagógica.
Maria Isabel de Carvalho Sobral	110	Não		Mestrado em Supervisão Pedagógica e Mestrado em Demografia e Sociologia da População.	Doutoramento em Ecologia Humana	Supervisão Pedagógica. Ecologia Humana. Demografia.
Maria Regina Moura Vilas	110	Não	CESE em Expressões Artísticas Integradas em Educação.			Expressões Artísticas.
Maria Teresa Ribeiro Pereira	110	Não	CESE em Integração Escolar.			Problemas intelectuais e motores.
Rosália Antónia Chainho Pereira	110	Não	DESE em Administração e Gestão Escolar.			
Teresa Marina Sampaio Moreno	110	Sim		Estudos Pós-graduados em Supervisão Pedagógica.		CCPFC- Didática Geral. Supervisão Pedagógica.
Laura Cristina Teles Ferreira	220	Sim		Mestrado em Ciências da Educação: Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores.		Supervisão Pedagógica.
Fernando José Carreira Dinis Batista	230	Sim		Mestrado em Ciências da Educação.		Informática educacional.
Marisa Alexandra Porfírio Marujo	230	Sim		Mestrado Em Ciências da Educação.		Observação e Análise da Relação Educativa.

Nome	Grupo de recrutamento	Certificado CCPFC (Sim/Não)	DESE/CESE	Mestrado	Doutoramento	Área ou domínio de especialização
Helena Parreira	300	Sim		Pós graduação em Ciências da Educação.		Didática do Português e do Francês.
Maria Armanda Mota Correia de Barros	410	Não		Mestrado em Ciências da Educação.		Educação e Formação de Adultos.
Áurea Sofia Pimenta Azevedo	500	Sim		Mestrado em Estatística e Gestão de Informação.		
Patrícia Isabel Gonçalves Pereira Bouçós	500	Sim		Mestrado em Ciências da Educação.		Observação e Análise da Relação Educativa
Patrícia Isabel Gonçalves Pereira Bouçós	500	Sim		Mestrado em Ciências da Educação.		Observação e Análise da Relação Educativa.
Ângela Cruz	510	Sim				
Lília Maria Correia Miguel Mateus	510	Não		Pós graduação em Ciências da Educação.		Avaliação Educacional.
Maria Luísa Pires Chainho	520	Não		Mestrado em Ciências da Educação.		Educação e Formação de Adultos.
Maria da Conceição de Faria Martins Vitorino Baião	910	Sim	CESE em Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor.	Pós-Graduação em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio.		Educação Especial - Cognitivo e Motor e Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio.
Micaela Parreira Pereira	910	Não		Mestrado em Ciências da Educação.		Domínio cognitivo e motor.
Teresa Isabel Maria Chainho	910	Não		Pós Graduação - Educação Especial.		Domínio Cognitivo e Motor.
Vítor Manuel de Campos Furtado	910	Não	DESE em Educação Especial.	Mestrado em Avaliação e Desenvolvimento Curricular.		Problemas intelectuais, motores, de dificuldades múltiplas. Desenvolvimento curricular avaliação.